

RELATÓRIO DE PREVALÊNCIA

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE INTERVENÇÃO

**COMBATE À ESCRAVIDÃO MODERNA NO BRASIL:
ESTIMATIVA DE PREVALÊNCIA E PERFIL DE
VULNERABILIDADE DO TRABALHO FORÇADO
E ANÁLOGO AO DE ESCRAVO NA PECUÁRIA
NO PARÁ, BRASIL**



PADF
FUNDAÇÃO PAN-AMERICANA PARA O DESENVOLVIMENTO

NORC at the
University of
Chicago



Acesse o site e saiba mais sobre o
Programa Trabalho Justo:
<https://www.padf.org/brazil/trabalho-justo>

Prevalência de Trabalho Forçado e Análogo ao de Escravo:

Avaliar a extensão do trabalho forçado e das condições de vida insalubres nas fazendas de gado no Pará.

Investigação para o Desenvolvimento de Intervenções (IDR):

Identificação de fatores modificáveis, potenciais alvos de mudança e mecanismos para futuras intervenções na erradicação do trabalho forçado e análogo ao de escravo.

Percepções Específicas de Gênero: Destacando as circunstâncias frequentemente negligenciadas das mulheres que vivem ou trabalham em fazendas de gado, proporcionando uma compreensão mais profunda das diversas necessidades de intervenção.

ESTIMATIVA DE PREVALÊNCIA E PERFIL DE VULNERABILIDADE DO TRABALHO FORÇADO E ANÁLOGO AO DE ESCRAVO NA PECUÁRIA NO PARÁ, BRASIL

O estudo tem como objetivo estimar a prevalência de trabalho forçado e análogo ao de escravo na cadeia produtiva da pecuária no estado do Pará. Apesar dos avanços no marco jurídico brasileiro, o trabalho forçado e análogo ao de escravo persiste, frequentemente associado a práticas como recrutamento fraudulento, condições de trabalho exploratórias e isolamento geográfico, que dificultam tanto a supervisão quanto o acesso dos trabalhadores a seus direitos. Os setores rurais, especialmente o da pecuária, enfrentam impactos desproporcionais, afetando de forma mais severa comunidades historicamente excluídas, como migrantes internos do Nordeste do Brasil – predominantemente homens - e mulheres em funções periféricas. Por meio de uma abordagem que combina dados quantitativos e qualitativos, o estudo busca fundamentar intervenções baseadas em evidências para enfrentar vulnerabilidades sistêmicas e fortalecer a proteção aos trabalhadores.

3 ETAPAS

1

Estimativa de Prevalência: Coleta e análise de dados empíricos para avaliar a prevalência de trabalho forçado e análogo ao de escravo na pecuária no Pará.

2

Análise Contextual: Identificar os perfis socioeconômicos e demográficos dos trabalhadores, incluindo fatores como padrões de migração, níveis de educação, raça/etnia e gênero, para compreender as vulnerabilidades e os fatores sistêmicos que levam ao aliciamento ao trabalho forçado e trabalho análogo ao de escravo.

3

Planejamento de Intervenção: Utilizar conhecimentos baseados em dados para desenvolver intervenções personalizadas destinadas a combater o trabalho forçado e análogo ao de escravo, melhorar as condições de trabalho e responder às necessidades dos trabalhadores e das comunidades vizinhas.

MÉTODOS DE PESQUISA

METODOLOGIA DE AMOSTRAGEM



1. CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO DO ESTUDO

- A população de trabalhadores rurais da pecuária no Brasil é considerada **de difícil acesso**.
- Não existe uma **base de amostragem clara** para este grupo.
- Os trabalhadores **permanecem frequentemente nos seus locais de trabalho** e estão **afastados da população em geral e dos espaços públicos**.



2. ABORDAGEM METODOLÓGICA

A abordagem de **'marcação-remarcação'** foi selecionada em detrimento de alternativas como:

- Amostragem **orientada pelos entrevistados**.
- Método de **expansão em rede**.

Este método foi escolhido porque os trabalhadores só visitam periodicamente as áreas da pesquisa/coleta de dados.



3. IMPLEMENTAÇÃO DA PESQUISA

A Papel Social, uma empresa brasileira de pesquisa, foi contratada para:

- Triar e coletar informações sobre trabalhadores de fazendas de gado.
- Realizar levantamentos em áreas previamente determinadas na região de estudo.

A NORC promoveu:

- Treinamento rigoroso e acompanhamento de campo durante a coleta de dados.
- Aderência a protocolos de gerenciamento de dados bem estabelecidos.



4. CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

- O estudo seguiu **protocolos éticos e de segurança** específicos do contexto local.
- Os conselhos de revisão de ética nos EUA e no Brasil **aprovaram os protocolos do estudo**.

ABORDAGEM PARA MEDIR O TRABALHO FORÇADO:



Foi aplicada a definição estatística do Fórum de Inovação para Redução de Prevalência (PRIF)*, desenvolvida pela Universidade da Geórgia, amplamente utilizada em pesquisas de prevalência e apoiada pelo Departamento de Estado dos EUA (J/TIP Office).

*Prevalence Reduction Innovation Forum (PRIF)

Foi utilizada uma abordagem baseada em indicadores para medir a vitimização do trabalho forçado.

INDICADORES PRIF

12 MEDIDAS ABRANGENDO SETE DOMÍNIOS:

1. Recrutamento
2. Práticas trabalhistas e penalidades
3. Vida pessoal e propriedades
4. Condições degradantes
5. Liberdade de movimento
6. Dívida ou dependência
7. Violência e ameaças de violência

ESTIMATIVA DE PREVALÊNCIA:

Os entrevistados que atendem às condições de qualquer um dos limites **são classificados como potenciais vítimas de trabalho forçado.**

LIMITES DE CLASSIFICAÇÃO

LIMIAR 1:

Uma resposta positiva a qualquer um destes indicadores qualifica:

- Ser forçado a **praticar atos sexuais** para saldar dívidas ou receber salários.
- **Perder a liberdade de ir e vir** - vigilância, isolamento ou estar trancado no local de trabalho.

LIMIAR 2:

- São necessárias **duas ou mais respostas positivas** de diferentes categorias de indicadores - excluindo o Limiar 1.

INDICADORES BRASILEIROS DO TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO:

ART. 149 - CÓDIGO PENAL BRASILEIRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021

- Trabalho forçado
- Jornada exaustiva
- Condições degradantes
- Restrição de locomoção por dívida

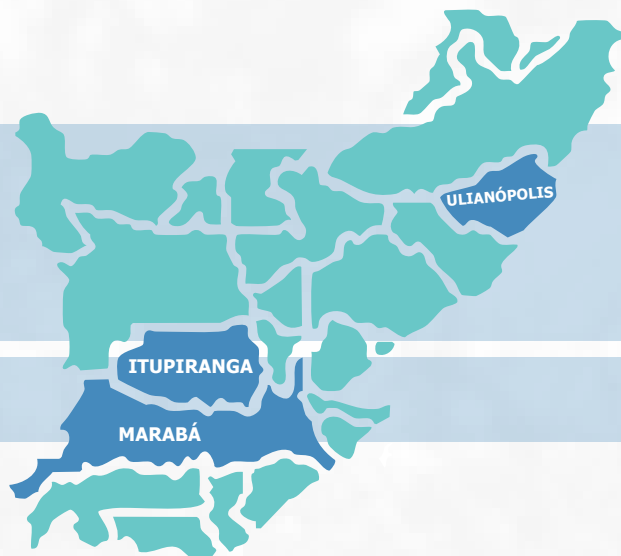


CARACTERÍSTICAS DA AMOSTRA:

1241

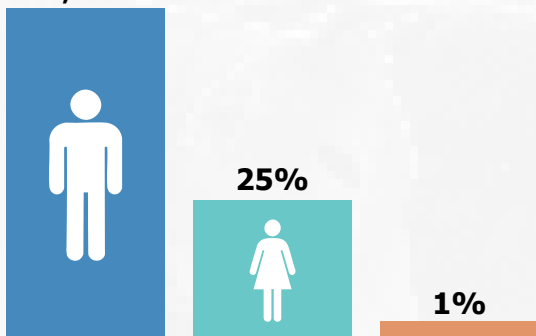
trabalhadores foram entrevistados nos três municípios: **Marabá, Ulianópolis e Itupiranga.**

Condição para a pesquisa: Trabalhadores rurais **acima de 18 anos** que atuaram na pecuária **nos últimos dois anos.**



DADOS DEMOGRÁFICOS:

74,38%



74,38% eram do **sexo masculino.**
25% eram **mulheres.**
1% **outros.**



Média de idade:

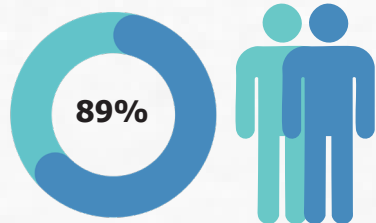
42.83 anos

18 anos

o entrevistado mais jovem.

86 anos

o entrevistado mais velho.



declararam ser pretos e pardos.



66.16%

eram trabalhadores **migrantes internos**, sendo a maioria oriunda do **Maranhão.**

Amostra quantitativa:

53%

eram diaristas **que não moravam na fazenda no momento da pesquisa.**



Amostra qualitativa:

Trabalhadores em tempo integral que **moram** nas fazendas.

CONDIÇÕES DE TRABALHO

OS ENTREVISTADOS TRABALHARAM, EM MÉDIA:



Cerca de **9 horas** em um dia normal.

Cerca de **6 dias** por semana.

PAGAMENTOS:

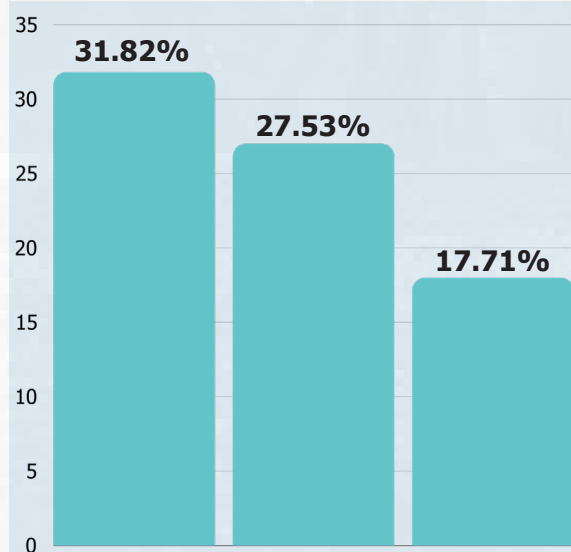


Salários eram **quase sempre pagos em dinheiro.**

O salário médio mensal era de **1.246 reais (cerca de US\$ 250).**

INDICADORES PRIF

PREVALÊNCIA DE TRABALHO FORÇADO EM TODOS OS TRABALHOS DA PECUÁRIA JÁ REALIZADOS NOS ÚLTIMOS 2 ANOS:



- **31.82%** quando consideradas as condições de trabalho **em qualquer trabalho da pecuária já realizado.**
- **27.53%** atenderam aos indicadores do **Limiar 2.**
- **17.71%** atenderam aos indicadores do **Limiar 1.**



PREVALÊNCIA DE TRABALHO FORÇADO NO TRABALHO ATUAL OU MAIS RECENTE:

14.10%

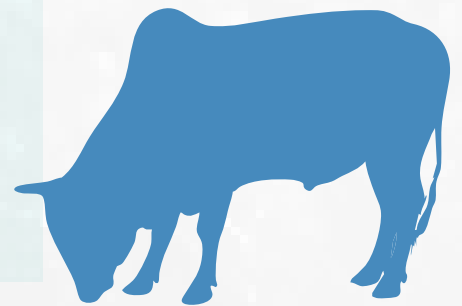
da população-alvo de trabalhadores rurais **possivelmente foi vítima de tráfico de mão de obra, de acordo com a lei dos EUA.**

12.17%

foram consideradas **vítimas potenciais com base nos indicadores do Limiar 2** - recrutamento injusto, retenção de salários, restrições de movimento.

6.24%

foram **vítimas de indicadores mais graves do Limiar 1** - abuso sexual, servidão por dívida, violações da autonomia corporal.



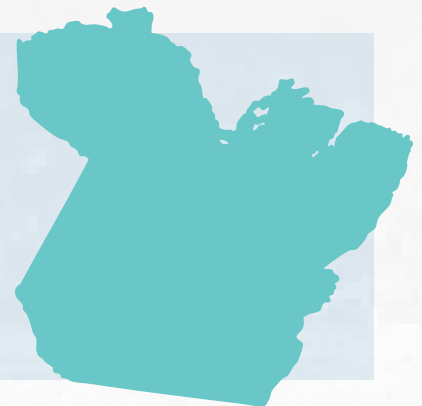
TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO SOB AS LEIS TRABALHISTAS BRASILEIRAS BASEADO NA INSTRUÇÃO NORMATIVA (IN) Nº 2 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE)

31.82%

foram vítimas de trabalho forçado em qualquer atividade da pecuária nos últimos 2 anos.

28.79%

foram vítimas em seu trabalho atual ou mais recente.



INDICADORES COMUNS DE TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO:

27.41%

sofreram ameaças, fraude, engano, coerção ou outras práticas para manter o trabalho em seu emprego atual.



INSIGHTS QUALITATIVOS

OS TRABALHADORES DESCREVERAM:



- Retenção **de pagamentos e ameaças** de retenção de salários.
- Longas e exaustivas **horas ao ar livre sob calor extremo**.
- Falta de **folgas programadas**, inclusive trabalho nos finais de semana e feriados.

Essas práticas foram relatadas entre os trabalhadores entrevistados nos grupos focais realizados nos municípios de Marabá, Itupiranga e Ulianópolis.

TRABALHO INFANTIL



Apesar de não ser o foco do estudo avaliar o trabalho infantil na pecuária da região, foi possível cruzar variáveis e apresentar as seguintes observações:

54%

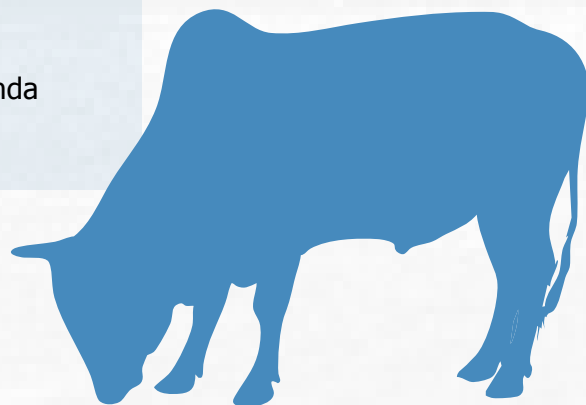
começaram a trabalhar na pecuária **entre os 10 e os 17 anos**.

12%

começaram a trabalhar na pecuária **antes dos 10 anos**.

12%

relataram ver **crianças trabalhando** em sua fazenda atual.



ACHADOS DA PESQUISA DE DESENVOLVIMENTO DE INTERVENÇÃO

SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL:



- 35% da população-alvo relatou adquirir uma doença grave enquanto trabalhava na pecuária.
- Dentre esses, 90% relataram ter interrompido o trabalho devido à doença, com uma média de 53 dias afastados.



- 38% da população-alvo relatou ter se machucado gravemente enquanto trabalhava na pecuária.
- Dentre esses, 30% relataram não ter buscado atendimento de saúde.



- 51% da população-alvo foi afetada pela malária, e 25% com a dengue.
- Os perigos mais frequentemente relatados foram lidar com gado e pastagem (72%), derrubar árvores (32%) e manusear veneno ou enfrentar animais peçonhentos (23%).



- 58% relataram fornecer seu próprio EPI.
- Nos grupos focais, os trabalhadores confirmaram que os empregadores não forneciam nenhum tipo de EPI.

Desafios no acesso: Os trabalhadores em áreas isoladas enfrentaram dificuldades para chegar aos cuidados de saúde **devido às longas distâncias e às limitações de transporte.**

TRABALHO E CONDIÇÕES DE VIDA

ASPECTOS MAIS DIFÍCEIS NO TRABALHO DA PECUÁRIA:



- 36% relataram que a exaustão física foi o pior aspecto de seu trabalho.
- O próximo pior aspecto de seu trabalho foi o salário/remuneração (34%) e a falta de segurança (8%).

MORADIA:



- Dos que vivem na fazenda, 54% relataram viver com a família e 44% com outros trabalhadores.
- 67% vivem em casas, 11% em tendas ou moradias improvisadas.
- 25% consideravam a moradia inadequada.

ÁGUA E SANEAMENTO:



- Fontes primárias de água: poços escavados protegidos - 36,46% e poços tubulares/furos - 30,73%.
- Acesso limitado a água encanada - 13,78%.
- 63,54% dependiam de banheiros químicos.

REDES DE APOIO E OPÇÕES DE INTERVENÇÃO

REDES DE APOIO:



37%

disseram que buscariam uma agência do governo.



32%

reportaram que voltariam para a família.



15%

relatou não ter nenhuma rede de apoio.

SERVIÇOS DE PROTEÇÃO DESEJADOS

As principais prioridades incluíam:

- Assistência médica profissional - **82,84%**
- Atendimento odontológico - **73,01%**
- Abrigo/moradia e auxílio sustento - **59,47%**
- Habilidades para a vida/treinamento profissional - **56,24%**
- Assistência jurídica - **51,17%**



Percepções qualitativas: destacaram a importância de acesso a cuidados de saúde, educação, capacitação sobre direitos trabalhistas e assistência jurídica.



37%

reportaram **que gostariam de receber tratamento para saúde mental.**



40%

reportaram **nunca terem recebido nenhum serviço público, social ou de saúde.**

CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES

ASPECTOS AVALIADOS NO ESTUDO:



1. Prevalência de trabalho forçado ou tráfico de mão de obra.
2. Condições de saúde e vida dos trabalhadores nas fazendas

PRINCIPAIS RESULTADOS:



Indicativos de tráfico de mão de obra detectados em todos os principais indicadores.

DADOS PRIF:



1 em cada 3

trabalhadores foi identificado como **potencial vítima de tráfico de pessoas em empregos anteriores.**

14%

foi a **taxa de vitimização** no emprego recente.

PRINCIPAIS FATORES ASSOCIADOS:



- **Recrutamento enganoso.**
- **Práticas abusivas de trabalho.**

RESULTADOS BASEADOS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA:



- **Taxa mais alta de vitimização em condições análogas à escravidão.**
- **Maioria dos entrevistados relatou práticas trabalhistas abusivas nos últimos 12 meses.**

DADOS SOBRE ENGANO NO TRABALHO:

68,72%

dos entrevistados **enganados sobre a natureza do trabalho** afirmaram que isso ocorreu nos últimos **12 meses.**



78%

relataram ser obrigados a **realizar tarefas diferentes das originalmente informadas.**

COMPARAÇÃO ENTRE INDICADORES PRIF E BRASILEIROS TAXAS SEMELHANTES DE VITIMIZAÇÃO:

31,82%

relataram **já ter sido vitimados** em algum momento.



28,79%

indicaram vitimização **no emprego atual.**

SAÚDE OCUPACIONAL, SEGURANÇA E CONDIÇÕES DE VIDA SERVIÇOS PRIORITÁRIOS PARA OS TRABALHADORES:



- Saúde e odontologia foram apontados como as maiores necessidades.

LESÕES E DOENÇAS OCUPACIONAIS:

+1/3

relatou sofrer **lesões graves** no trabalho.

+1/3

relatou **contrair doenças graves, frequentemente malária.**

90%

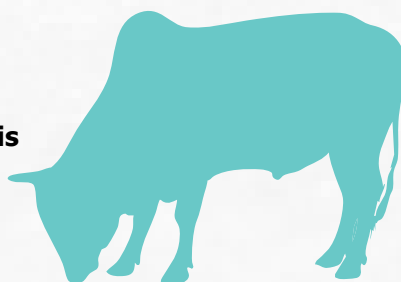
dos afetados por lesões ou doenças graves **tiveram que interromper o trabalho.**



RISCOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO:

75%

consideram **o manejo de gado a tarefa mais perigosa.**





- **Exaustão física relatada devido a jornadas de 9 horas, 6 dias por semana.**
- **Trabalhadores residentes em fazendas podem trabalhar ainda mais horas, segundo dados qualitativos.**

IMPACTOS DA MUDANÇA CLIMÁTICA:



- **Longas jornadas e acesso limitado à água potável aumentam o risco de estresse térmico, desidratação e insuficiência renal.**

FALTA DE SUPORTE:



- **1 em cada 10 trabalhadores relatou não ter a quem recorrer para pedir ajuda.**



DISCUSSÃO E RECOMENDAÇÕES



Os resultados deste estudo apontam áreas estratégicas de intervenção para reduzir os danos associados ao trabalho forçado no setor pecuário nos três municípios analisados. As recomendações são direcionadas a grupos-alvo específicos.

RECOMENDAÇÕES BASEADAS NOS ACHADOS DO IDR:

CONHECIMENTO E AÇÕES DOS EMPREGADORES

Instituições governamentais e comunitárias podem educar proprietários de fazendas de gado sobre a legislação trabalhista brasileira, destacando suas obrigações quanto a práticas justas de emprego, condições seguras de trabalho e vida, incluindo o fornecimento de equipamentos de proteção e treinamento em segurança.

INFORMAÇÕES SOBRE DIREITOS

Atividades acessíveis para conscientizar os trabalhadores da pecuária sobre seus direitos e estratégias coletivas para afirmar esses direitos.

ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA

Os trabalhadores disseram que a assistência jurídica era uma prioridade, mas poucos trabalhadores relataram estar em contato com os serviços jurídicos.

SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL

O Brasil possui padrões rigorosos de saúde, segurança e meio ambiente ocupacional que devem ser ampliados nas fazendas de gado do Pará, por meio de treinamentos para empregadores, trabalhadores e profissionais de saúde locais.

CADEIA PRODUTIVA

Inspeções regulares de trabalho, saúde e segurança, além de certificações de condições éticas, devem ser requisitos obrigatórios para proprietários de fazendas que buscam licenças de exportação ou acesso à cadeia de suprimentos no mercado interno.

QUEM SOMOS

A PADF busca a criação de um hemisfério de oportunidades para todas as pessoas. Trabalhamos em toda América Latina e o Caribe para que a nossa região seja mais forte, saudável, pacífica, justa, inclusiva, resiliente e sustentável para as gerações atuais e futuras. Nos últimos 60 anos, apoiamos as comunidades mais vulneráveis investindo recursos em todo o hemisfério.

A PADF é uma organização sem fins lucrativos estabelecida pela Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1962. Como parceira estratégica e orgulhosa afiliada da OEA, a PADF faz parte do Sistema Interamericano, mas mantém sua independência. A PADF está empenhada em defender os valores da OEA e apoiar sua missão de alcançar mais direitos para mais pessoas.

O NORC da Universidade de Chicago é uma organização de pesquisa objetiva e apartidária que fornece insights e análises confiáveis aos tomadores de decisão.



Esse material foi financiado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos. As opiniões, descobertas, e conclusões expressas aqui são de responsabilidade do(s) seu(s) autor(es) e não necessariamente refletem as do Departamento de Estado dos Estados Unidos.